

'Com regras confiáveis, o plano funciona perfeitamente'

LÉA CRISTINA

Desde o início de sua vida pública, o economista João Paulo dos Reis Velloso — ministro dos Governos Médici e Geisel — se dedica a planejar o Brasil. Foi assim quando em 1964 foi incumbido pelo então ministro Roberto Campos de organizar o atual Instituto

de Pesquisa Econômica e Social (Ipea). É assim hoje, quando, à frente do Fórum Nacional, se empenha em coordenar o evento que anualmente concentra as discussões sobre os caminhos da modernização do país.

As vésperas da edição 94 do Fórum, que será aberto amanhã, no Rio, o ex-

ministro cita alguns cuidados que precisam ser tomados para que dê certo o plano de estabilização: que se estabeleçam regras monetárias e cambiais confiáveis, que se evite uma situação de descontrole inflacionário na entrada do real e que se insista no equacionamento da situação fiscal.

O GLOBO — O senhor dizia que a fase da URV deveria ser curta e que não seria necessário usá-la em preços, mas apenas em contratos. O real está demorando a chegar?

REIS VELLOSO — Realmente, eu defendia que a fase dois servisse apenas para a conversão dos contratos. Mas o Governo resolveu colocar os preços em URV também, o que simplifica a terceira fase. Ele está antecipando a terceira fase, colocando-a na segunda. Mas continuo defendendo que esta fase não se alongue, porque toda expectativa que demora demais a ser atendida se torna desfavorável. Cria a idéia de que o Governo não sabe como conduzir a terceira fase.

O GLOBO — Quando deveria vir o real?

VELLOSO — Gostaria que em 1º de julho. Até lá, há duas tarefas a serem feitas: resolver as disputas entre indústria e comercial e negociar com os oligopólios, para não se ter preços excessivamente elevados na hora da conversão.

O GLOBO — Para o economista Rudiger Dornbusch, a questão fiscal não é problema sério para o Brasil...



Cezar Loureiro

Ex-ministro Reis Velloso: a segunda fase não deve se alongar demais

VELLOSO — É óbvio que é problema. As despesas com a seguridade passaram de US\$ 7 bilhões em 1987 para US\$ 24 bilhões este ano. A contribuição social, que financia Saúde e Previdência, só está financiando a Previdência. A Saúde espirrou. Estamos em fins de abril e não se sabe como as duas pastas serão financiadas este ano. Se não criarem a expectativa de que o problema fiscal estará resolvido, teremos inflação em real.

O GLOBO — É possível tocar o plano sem a revisão constitucional?

VELLOSO — Ninguém mais fora de Governo e de Congresso se esforçou tanto pela revisão como eu. Agora, se ela não puder ser feita agora, que seja no próximo ano. Não podemos ficar parados: reformulem-se as atribuições da União, defina-se uma fonte de recursos para Previdência e Saúde, tarefas que não dependem da Constituição.

O GLOBO — O senhor acha que dessa vez o Governo vence a inflação?

VELLOSO — Desde que se definam regras cambiais e monetárias confiáveis, acho que funcio-

na. Funciona perfeitamente. E desde que não se transfiram pressões inflacionárias muito grandes da fase da URV para o real.

O GLOBO — O plano poderá dar certo se o novo presidente não for Fernando Henrique?

VELLOSO — A presença dele é altamente favorável. Se funcionará bem sem ele, não dá para saber. Se um outro presidente entender que é negócio para ele pegar um plano já instalado e completá-lo, até pode.

O GLOBO — A tese que o senhor defenderá no Fórum diz que o país pode crescer e redistribuir renda ao mesmo tempo. Como?

VELLOSO — É possível e necessário. A solução é adotar um modelo de desenvolvimento que, ao mesmo tempo, favoreça o crescimento e a redistribuição de renda. Como? Investindo maciçamente em capital humano, tentando, neste aspecto, repetir o modelo coreano. Investir especificamente em saúde pública, educação, desenvolver as pequenas empresas, acabar com a economia de subsistência, entre outras formas.